
3 ministros “herdam” inquéritos baseados em delação da Odebrecht

A presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia, determinou a redistribuição de quatro inquéritos abertos a partir das delações de executivos da Odebrecht. Todos os casos haviam sido distribuídos, inicialmente, ao ministro Edson Fachin, por prevenção, mas foi afastada a conexão com fatos da operação “lava jato”.

Uma investigação contra o deputado Carlos Zarattini (PT-SP) passou para a relatoria do ministro Luiz Fux (INQ 4.425). Já o ministro Ricardo Lewandowski recebeu inquérito envolvendo o próprio Zarattini, o deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), o ex-deputado Cândido Vaccarezza e o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega (INQ 4.430).

O ministro Dias Toffoli é o novo relator do INQ 4.441, que investiga o deputados Daniel Vilela (PMDB-GO) e o ex-senador Maguito Vilela, e do INQ 4.451, que tem como investigado o deputado Júlio Lopes (PP-RJ).

Outra redistribuição

Enquanto isso, Fachin ordenou que uma frente de investigação contra o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, saia da alçada do juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, e seja encaminhada à Justiça Federal de São Paulo.

Segundo depoimento de Odebrecht, o presidente da Fiesp recebeu R\$ 2,5 milhões não declarados para sua campanha ao governo de São Paulo, em 2014. A quantia teria sido repassada a pedido de Benjamin Steinbruch, presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Fachin concordou com pedido de Skaf, que argumentou não haver relação entre os fatos narrados e os crimes julgados por Moro. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF e da Agência Brasil.*

Date Created

22/06/2017